

Taxas de APC em revistas brasileiras e portuguesas de acesso aberto: um estudo no DOAJ

Eloísa Príncipe

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Tecnologista do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), Rio de Janeiro, RJ, Brasil
Professora do Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação (PPGCI), convênio UFRJ/Ibict, Rio de Janeiro, RJ, Brasil
príncipe@ibict.br

Data de submissão: 12/09/2019. Data de aprovação no ConfOA: 12/06/2019. Data de publicação:

RESUMO

Análise das revistas luso-brasileiras de acesso aberto registradas no Directory of Open Access Journals (DOAJ) e que adotam a Article Processing Charge (APC) — taxa de processamento de artigo — como um modelo de negócio. Apresenta como objetivos: a) identificar as revistas brasileiras e portuguesas que adotam o modelo de negócio de APC; b) classificar as revistas de acordo com o assunto; e c) identificar os valores cobrados na modalidade APCs. Os resultados apontam para a cobrança de APC por um número reduzido de revistas, o que sugere tímida apropriação desse modelo de negócio pelas revistas brasileiras e portuguesas registradas no DOAJ.

Palavras-chave Ciência Aberta. Acesso aberto. Revistas científicas. Taxa de processamento de artigos.

Apc fees in brazilian and portuguese open access journals: a study at DOAJ

ABSTRACT

Analysis of Luso-Brazilian open access journals registered in the Directory of Open Access Journals (DOAJ) and adopting article processing charge (APC) as a business model. It aims to: (a) identify Brazilian and Portuguese journals that adopt the APC business model; (b) classify journals according to subject matter; and (c) identify the amounts charged under the APCs modality. The results point out to the collection of APC by a small number of magazines, which suggests a timid appropriation of this business model by Brazilian and Portuguese magazines registered at DOAJ.

Keywords: *Open Science. Open access. Scientific journals. Article processing charges.*

Tarifas de apc en revistas de acceso abierto brasileñas y portuguesas: un estudio en DOAJ

RESUMEN

Análisis de las revistas de acceso abierto luso-brasileñas registradas en el Directorio de revistas de acceso abierto (DOAJ) y la adopción del cargo por procesamiento de artículos (APC) como modelo de negocio. Su objetivo es: (a) identificar revistas brasileñas y portuguesas que adopten el modelo de negocio de APC; (b) clasificar revistas de acuerdo con el tema; y (c) identificar los montos cobrados bajo la modalidad APC. Los resultados apuntan a la recopilación de APC por parte de un pequeño número de revistas, lo que sugiere una apropiación tímida de este modelo de negocio por parte de las revistas brasileñas y portuguesas registradas en DOAJ.

Palabras clave: *Ciência Abierta. Acceso abierto. Revistas científicas. Cargos por procesamiento de artículos.*

INTRODUÇÃO

Tradicionalmente, os modelos de negócios adotados pelas revistas científicas para a sua sustentabilidade/manutenção baseiam-se nas seguintes propostas: cobrança de anuidades, quando editadas por associações ou sociedades científicas; assinaturas anuais ou venda de números avulsos para o público interessado (individuais e/ou institucionais); publicidade e propaganda; subsídios de agências de fomento federais e/ou estaduais e aportes financeiros de universidades por meio de programas de apoio à editoração de periódicos científicos; e pagamento pelo custo de publicação¹, podendo ocorrer uma combinação de vários modelos na mesma revista (MUELLER, 2009; PAVAN, 2015).

Com o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TICs) ocorreram mudanças no sistema de comunicação científica. No âmbito da Ciência Aberta², destacam-se o movimento pelo acesso aberto à informação científica³, que toma força a partir das declarações BBBs — Budapest Open Access Initiative (BOAI, 2002), Bethesda Statement on Open Access Publishing (2003) e Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities (2003).

De acordo com Gomes e Rosa (2017, p. 84), o acesso aberto surge a partir de duas necessidades iniciais: “a primeira, a partir de uma reação dos pesquisadores ao modelo de negócios de editoras comerciais de revistas científicas, cujas assinaturas passam a ter preços cada vez mais altos ou proibitivos; e, paralelamente, a crescente conscientização sobre o aumento do impacto provocado pela disponibilização de documentos científicos livres de barreiras ao acesso”. Alinhada a essas concepções, tem-se a compreensão de que os resultados de pesquisas financiados com recursos públicos devem também estar acessíveis à comunidade, de modo gratuito e sem restrição.

O movimento é baseado em duas estratégias básicas: o acesso verde e o acesso dourado. A primeira estabelece a criação de repositórios em instituições de ensino e pesquisa para depósito da produção científica produzida por seus pesquisadores. A segunda promove a criação de revistas científicas de acesso aberto, disponibilizadas gratuitamente na internet (KURAMOTO, 2014).

Solomon, Laakso e Björk (2013) afirmam que, desde o lançamento dos primeiros periódicos de Acesso Aberto (AA) — financiados pelas Article Processing Charges (APC) Taxas de Processamento de Artigos (TPA) — por volta do ano 2000, a publicação de revistas em acesso aberto financiadas pela APC cresceu rapidamente.

Embora haja críticas sobre a cobrança de taxas de processamento de artigos por parte de editores e autores, estudos revelam que essa prática vem se tornando cada vez mais adotada nas revistas científicas em todo mundo (LAAKSO; BJÖRK, 2012; SOLOMON, LAAKSO; BJÖRK, 2013; NASSI-CALÒ, 2017).

¹ *Page charges* ou *author charges* são taxas cobradas pela revista ao autor para que seu trabalho seja nela publicado. Essa cobrança não dispensa a avaliação do texto pelos pares, e é cobrada apenas daqueles autores cujos manuscritos são aprovados. As *submission charges* são taxas cobradas para “submissão” do manuscrito, independentemente de sua aprovação para publicação.

² Conceito amplo que abarca diversas práticas do fazer científico, desde o acesso aberto à literatura científica e aos dados abertos de pesquisa, passando pela ciência cidadã, recursos educacionais abertos, software e hardware abertos, entre outras. Faz referência a um modelo metodológico alinhado à filosofia da cultura digital, da colaboração e do compartilhamento das práticas e dos conteúdos científicos. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario-acesso-aberto/C>.

³ Disponibilização na internet de literatura de caráter acadêmico ou científico, permitindo a qualquer usuário ler, baixar (fazer *download*), copiar, distribuir, imprimir, pesquisar ou referenciar (fornecer *link*) o texto integral dos documentos. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/glossario-acesso-aberto/V>.

No caso brasileiro, no âmbito da coleção SciELO Brasil⁴, em 2015 existiam 44 periódicos que cobravam algum tipo de APC, 55 em 2016, 60 em 2017, 65 em 2018 e 68 em março de 2019 (GOMES, 2019). Observa-se, assim, um aumento lento, mas progressivo, no uso de APC em periódicos nacionais.

Em geral, as APCs são cobradas visando a complementar os recursos financeiros destinados aos processos de editoração e publicação, como, por exemplo, custos de revisão e tradução de textos, de produção de textos em arquivos diferenciados, pagamento do DOI — Digital Object Identifier — verificadores de plágio, aluguel de plataformas, pagamento de publisher, publicação de edições impressas, envio de cópias impressas e outros serviços. Os valores variam basicamente por tipo de editor e área de cobertura da revista, além de estarem associados ao número de páginas do artigo, tipo de contribuição (artigo original, de revisão, por exemplo), origem do autor — do Brasil ou exterior —, idioma de publicação, uso de ilustrações coloridas, associado ou não da instituição editora e outros parâmetros (PRINCIPE; BARRADAS, 2013).

Segundo Solomon e Björk (2012), as taxas de processamento de artigos ou de publicação não se constituem em novidade. Muitas delas, há décadas, cobram essas tarifas para artigos muito longos e/ou para inclusão de ilustrações coloridas. Entretanto, conforme assinalam, somente agora, com os periódicos eletrônicos de acesso aberto, as APCs tornaram-se a receita central para a sustentabilidade das revistas científicas. De acordo com Barton (1963 *apud* PAVAN; BARBOSA, 2017), as taxas para publicação, diferentemente do que pensam muitos autores, surgem nas associações científicas e não nas editoras comerciais:

De acordo com Barton (1963), a taxa para publicar começou na Física com *The Physical Review*, devido às dificuldades de financiar a publicação no fim dos anos de 1920. Possibilidades foram estudadas e o Conselho da American Physical Society (APS) aprovou um plano, com funcionamento a partir de julho de 1930, para enviar aos autores um ‘memorandum bill’ de US\$2 por página, passando para US\$3, em 1933, e US\$4, em 1947. No primeiro ano, 76% das taxas foram pagas (Barton, 1963 *apud* PAVAN; BARBOSA, 2017, p. 126).

As taxas podem ser pagas com recursos próprios dos autores ou por meio de auxílios concedidos pelas instituições de afiliação dos autores, por agências de fomento à pesquisa com verbas para esse fim específico, ou como parte de recursos concedidos nos auxílios à pesquisa. No caso brasileiro, Pavan e Barbosa (2017), em artigo publicado a fim de averiguar a existência de uma política de financiamento no Brasil para a publicação de artigos em revistas, identificaram, após uma análise dos sites de instituições de fomento⁵, cinco agências com programa específico para custear a publicação de artigos em revistas — as fundações de amparo à pesquisa dos estados do Amazonas, Maranhão, Minas Gerais, Piauí e São Paulo.

Em Portugal, a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) é a agência pública nacional de apoio à pesquisa em ciência, tecnologia e inovação, em todas as áreas do conhecimento. Subordinada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, a FCT iniciou atividades em agosto de 1997. Sua política de acesso aberto data de 2014. Seu compromisso é com a disponibilização dos resultados da pesquisa científica por meio da internet, de forma aberta, livre e sem custos para o usuário. Para a FCT,

⁴ A Plataforma SciELO é uma biblioteca eletrônica de periódicos científicos selecionados em todas as áreas do conhecimento, desenvolvendo-se como uma rede. Atualmente é composta por 16 países — África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Espanha, México, Paraguai, Peru, Portugal, Uruguai, Venezuela e Equador (em desenvolvimento). Possui, ainda, uma coleção temática — SciELO Saúde Pública — e três coleções especiais — Biodiversity Heritage Library, Ciência e Cultura e Pesquisa Fapesp.

⁵ A pesquisa incluiu três agências federais - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), e 26 fundações estaduais de apoio à pesquisa (25 estaduais e a do Distrito Federal).

O pagamento de article processing charges (APCs) ou similares que algumas editoras exigem para a publicação em Acesso Aberto é uma opção do investigador. Embora esse custo seja considerado elegível pela FCT, o pagamento de APC não é uma recomendação da FCT, uma vez que o cumprimento das normas de Acesso Aberto não implica a publicação direta em Acesso Aberto (FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA).

Em âmbito internacional, o Plano S ou COAlition S, a ser implantado em 2021, é uma iniciativa liderada pela Comissão Europeia para que todo trabalho científico publicado com a ajuda de financiamento público seja disponibilizado em acesso aberto. A proposta “[...] adotar em seu novo programa multilateral de financiamento à pesquisa, o Horizon Europe, com orçamento superior a € 100 bilhões, e por um grupo de agências de 14 países, entre elas instituições filantrópicas como o Wellcome Trust, no Reino Unido, e a Fundação Bill e Melinda Gates, nos Estados Unidos” (PIERRO, 2019). O plano se assenta em 10 princípios, dos quais se destacam dois referentes às taxas de publicação: 1) as taxas de publicação de artigos serão cobertas por agências ou universidades, não por pesquisadores individuais; e 2) as taxas de publicação de artigos serão padronizadas e terão um valor máximo (PIERRO, 2019).

Após a divulgação do Plano S, Tim Vines, em setembro de 2018, propôs o Plano T: cobrança de taxa de submissão aos textos encaminhados à **publicação nas revistas científicas, em substituição ao pagamento de APCs**. Outro plano, o U (“universal”), sugerido por Sever, Eisen e Inglis (2019), destaca o uso de plataformas de preprints como meio de acesso gratuito, imediato e de baixo custo. A proposta é de que as agências de financiamento criem mandatos para que os autores depositem seus preprints em servidores adequados⁶ (SEVER; EISEN; INGLIS, 2019; VELTEROP, 2019).

⁶ No Brasil, está previsto para 2020 a implantação de um servidor de preprints, o SiELO Preprints. O objetivo “é contribuir para acelerar a disponibilização dos resultados de pesquisa e posicionar a comunicação científica dos países que participam da Rede SciELO, e em particular seus periódicos, em sintonia com os avanços e importância crescente da publicação de preprints internacionalmente” (PACKER; SANTOS; MENEGHINI, 2017).

Considerando o exposto, o objetivo desta pesquisa é: a) identificar as revistas brasileiras e portuguesas, registradas no Directory of Open Access Journals (DOAJ), que adotam o modelo de negócio de APC; b) identificar suas grandes áreas do conhecimento; e c) identificar os valores cobrados na modalidade de APCs.

O DOAJ foi selecionado considerando-se seu reconhecido prestígio perante a comunidade mundial, uma vez que inclui revistas de 130 países, ilimitado a idiomas, regiões geográficas ou áreas temáticas, promovendo, assim, maior visibilidade, uso e impacto (DOAJ, 2019).

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa, de caráter descritivo e exploratório, realizada em 12 de abril de 2019, adotando-se os seguintes procedimentos metodológicos:

- i. Seleção das revistas brasileiras e portuguesas no site do DOAJ. No módulo busca avançada, os campos tipo de documento (journals), article processing charges (yes) e country of publisher (Brazil) e (Portugal) foram escolhidos separadamente.
- ii. Importação dos dados selecionados para uma planilha Microsoft Excel, a fim de proceder ao tratamento e análise.
- iii. Classificação das revistas no estrato de grandes áreas, utilizando-se da Tabela de Áreas do Conhecimento (TAC) do CNPq — Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico —, considerando que a mesma é uma classificação de referência para instituições de fomento em ciência no Brasil. A TAC está estruturada em oito grandes áreas do conhecimento que se subdividem em áreas, subáreas e especialidades. As grandes áreas estão assim nomeadas: 1) Ciências Exatas e da Terra (CET); 2) Ciências Biológicas (CB); 3) Engenharias (ENG); 4) Ciências da Saúde (CS);

5) Ciências Agrárias (CA); 6) Ciências Sociais Aplicadas (CSA); 7) Ciências Humanas (CH); e 8) Linguística, Letras e Artes (LLA).

iv. Conversão das moedas identificadas no levantamento, o real nas revistas brasileiras (R\$3,8685) e o euro nas portuguesas (€0,8848774) para o dólar americano, no valor de 12 de abril de 2019, com o objetivo de padronizar os dados e facilitar a análise. Um título foi descartado do conjunto brasileiro de revistas, tendo em vista que constava a informação de publicação suspensa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No momento da realização da coleta de dados, o DOAJ registrava 12.953 títulos em seu cadastro, sendo a maioria do Reino Unido (1.512), seguido pela Indonésia (1.437) e Brasil (1.342 títulos, 10% do total). Portugal está representado por apenas 94 títulos, o que corresponde a 1% do total de títulos cadastrados. Do total geral de títulos, 9.488 (73%) não cobram e 3.407 (26%) exigem o pagamento de APCs. Apenas 58 títulos (0,45%) não informam sobre o modelo de negócio adotado. Daqueles que cobram APC, a maioria é do Reino Unido (1.215), Indonésia (384) e Estados Unidos da América (268).

Portugal registra a cobrança de APCs em 11 revistas, com a seguinte distribuição pelas grandes áreas do conhecimento: Ciências Humanas (3), Linguística, Letras e Artes (3), Ciências Sociais Aplicadas (2), Ciências Sociais S (2) e Ciências Agrárias (1). Observa-se que cinco grandes áreas estão representadas nesta pesquisa. As Ciências Exatas e da Terra, Ciências Biológicas e Engenharias não estão retratadas. Em termos de cobrança de APCs, os valores variam de 57 USD a 1017 USD, sendo a média 482 USD por revista. Os valores distribuídos por grandes áreas são: 57 USD (1 Linguística, Letras e Artes), 85 USD (1 Ciências Humanas), 170 USD (1 Ciências Agrárias e 1 Ciências Sociais), 244 USD (2 Linguística, Letras e Artes), 271 USD (1 Ciências da Saúde), 1017 USD (2 Ciências Humanas e 2 Ciências Sociais Aplicadas).

O Brasil relaciona 86 títulos com cobrança de APCs, conforme a seguinte distribuição: Ciências Agrárias (37), Ciências da Saúde (27), Ciências Biológicas (11), Ciências Exatas e da Terra (4), Ciências Humanas (3), Engenharias (3), Ciências Sociais Aplicadas (1) e uma revista dirigida à propriedade intelectual, sem classificação na Tabela do CNPq, a qual foi classificada na categoria Outros. Desses títulos, 62 declaram cobrança em moeda brasileira e 24 em dólar americano. Os valores cobrados, após a conversão, variam de 3 USD a 1400 USD. A média é de 205 USD por revista. A maioria (93%) cobra entre 3 USD a 480 USD, quatro revistas cobram 560 USD (Ciências Agrárias), 600 USD (Ciências Biológicas), 775 USD (Ciências da Saúde) e 800 USD (Ciências Agrárias) cada uma e em dois títulos os valores das APCs são de 1200 USD (Ciências Agrárias) e 1400 USD (Ciências Biológicas). As três revistas das Ciências Humanas cobram 13 USD, 52 USD e 207 USD. Na revista das Ciências Sociais Aplicadas o valor é de 93 USD. As revistas das Engenharias cobram 75 USD, 78 USD e 225 USD, e das Ciências Exatas e da Terra 39 USD, 330 USD e 375 USD. Nenhuma revista pertencente ao grupo Linguística, Letras e Artes foi identificada nessa amostra. A revista classificada em na categoria “Outro” cobra o valor de 26 USD como APC.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da amostra pesquisada, infere-se que é tímida a cobrança de APC pelas revistas brasileiras e portuguesas registradas no DOAJ. Tal fato pode ser decorrente da baixa representatividade de revistas portuguesas e brasileiras nessa plataforma e, ainda, pela restrita apropriação desse modelo de negócios pelos periódicos desses países, necessitando-se, assim, maior discussão por parte dos atores envolvidos nessa modalidade, adotada por um número significativo de revistas, se observados o número de títulos existentes de periódicos no Ulrich e Web of Science, por exemplo, sendo essencial a visão de autores, editores e agências de fomento.

No Brasil, a cobrança aos autores de taxas de publicação é mais característica nas Ciências Agrárias e da Saúde, conforme apontado por Mueller (2009), Príncipe e Barradas (2013), Appel e Albagli (2018). Considerando que as áreas do conhecimento possuem características e particularidades que as diferenciam entre si, em termos de geração de pesquisa até sua disseminação, esses dados requerem estudos comparados com outras áreas, acompanhados de entrevistas com autores.

Em Portugal, as revistas das Ciências Sociais e Humanidades são as de maior número. A iniciativa da União Europeia parece vir ao encontro da maioria dos interessados, convergindo para uma possível solução ou redução de desequilíbrios e dificuldades. O Plano S pode servir como exemplo e estímulo aos demais países, principalmente os menos favorecidos. Cabe ainda destacar, como tema futuro, a realização de pesquisas que explorem as publicações de acesso aberto nas quais pesquisadores portugueses e brasileiros demandam para a publicação dos resultados de suas pesquisas, a fim de se ter uma visão mais ampla sobre essa modalidade na Ciência Aberta, acompanhada da perspectiva disciplinar.

REFERÊNCIAS

APPEL, A. L.; ALBAGLI, S. The adoption of article processing charges as a business model by Brazilian open access journals. *Transformação*, Campinas, v. 31, 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-37862019000100300&lng=pt&nrm=iso&tlng=en. Acesso em: 16 ago. 2019.

DOAJ. *Frequently asked questions*: about. [S.L.], 2019. Disponível em: <https://doaj.org/faq#whatis>. Acesso em: 13 abr. 2019.

FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E A TECNOLOGIA. *Política de Acesso*. Lisboa, 2019. Disponível em: <https://www.fct.pt/acessoaberto/>. Acesso em: 30 ago. 2019.

GOMES, A. R. de S.; ROSA, F. G. M. G. Análise das políticas de funcionamento de repositórios institucionais brasileiros. *Ponto de Acesso*, Salvador, v.11, n.1, p. 81-94, abr. 2017. Disponível em: <http://www.brapci.inf.br/index.php/res/download/81006>. Acesso em: 10 abr. 2019.

GOMES, L. G. Custos das publicações científicas. In: CURSO DE EDITORAÇÃO CIENTÍFICA, 26., 2019, São Paulo. Disponível em: https://www.abecbrasil.org.br/eventos/xxvi_curso/arquivos/terca/luisgomes.pdf. Acesso em: 29 jul. 2019.

LAAKSO, M.; Björk, BC. Anatomy of open access publishing: a study of longitudinal development and internal structure. *BMC Medicine*, [S.L.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://bmcmmedicine.biomedcentral.com/articles/10.1186/1741-7015-10-124>. Acesso em: 10 ago. 2019.

MUELLER, S. P. M. Quem financia nossos periódicos? Um estudo na base SciELO sobre a relação entre áreas de conhecimento, editoras e financiamento. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 10., 2009, João Pessoa. *Anais [...]* João Pessoa: [s.n.], 2009. 1 CD-ROM.

NASSI-CALÒ, L. Estudo avalia fontes de financiamento para pagamento de taxas de processamento de artigos em acesso aberto [online]. *SciELO em Perspectiva*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2017/01/24/estudo-avalia-fontes-de-financiamento-para-pagamento-de-taxas-de-processamento-de-artigos-em-acesso-aberto/>. Acesso em: 20 ago. 2019.

PACKER, A. L.; SANTOS, S.; MENEGHINI, R. SciELO Preprints a caminho [em linha]. *SciELO em Perspectiva*, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2017/02/22/scielo-preprints-a-caminho/#.XXakLChKiM8>. Acesso em: 20 julho 2019.

PAVAN, C.; BARBOSA, M.C. B. Financiamento público no Brasil para a publicação de artigos em acesso aberto: alguns apontamentos. *Em Questão*, Porto Alegre, v.23, n.2, p.120-145, maio/ago. 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/67146/40678>. Acesso em: 2 mar. 2019.

PIERRO B. de. Comunicação científica sem barreiras. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, n. 276, fev. 2019. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2019/02/08/comunicacao-cientifica-sem-barreiras/>. Acesso em: 13 abr. 2019.

PRÍNCIPE, E.; BARRADAS, M. M. Modelos de negócios de revistas científicas brasileiras: author pay? In: ENCONTRO NACIONAL DE EDITORES CIENTÍFICOS, 14., 2013, São Pedro. Anais [...] São Pedro: Abec, 2013. p.26-30. Disponível em: <http://ocs.abecbrasil.org.br/index.php/ENEC/ENECUSP/paper/viewFile/47/52>. Acesso em: 18 ago. 2018.

SEVER, R.; EISEN, M.; INGLIS, J. Plan U: universal access to scientific and medical research via funder preprint mandates. *PLOS Biology*, [S.l.], v. 17, n. 6, 2019. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosbiology/article?id=10.1371/journal.pbio.3000273>. Acesso em: 30 ago. 2019.

SOLOMON, D. J.; BJÖRK, BC. Publication fees in open access publishing: sources of funding and factors influencing choice of journal. *Journal of the American Society for Information Science and Technology*, New York, v. 63, n. 1, p. 98-107, 2012. Disponível em: Acesso em: 15 ago. 2016. Verificar o artigo.

SOLOMON, D. J.; LAAKSO, M.; BJÖRK, BC. A longitudinal comparison of citation rates and growth among open access journals. *Journal of Informetrics*, [S.l.], v. 7, n. 3, p. 642-650, July, 2013.

VELTEROP, J. Planos de Acesso Aberto — S, T, U, até agora. *SciELO em Perspectiva*, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/06/19/planos-de-acesso-aberto-s-t-u-ate-agora/#.XXkmGChKiM8>. Acesso em: 10 ago. 2019.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Professora Doutora Maria de Nazaré Freitas Pereira pela revisão do texto e sugestões apresentadas.